

# JUVENTUDE RURAL: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

Bruno Lacerra de Souza<sup>1</sup>

Mirian Lourenção Simonetti<sup>2</sup>

## RESUMO

Nosso trabalho visa apresentar uma revisão bibliográfica sobre o conceito “*Juventude Rural*” nas pesquisas brasileiras contemporâneas, demonstrando sua consolidação enquanto objeto de análise e seus atuais paradigmas. Essa discussão é parte integrante da dissertação de mestrado, “*A ‘Juventude Rural’ e sua História nos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*” (em andamento), que analisa os fatores que atraem os jovens assentados para a área urbana e os fatores que os mantêm na área rural, discutindo a importância que a permanência desses jovens em seus lotes desempenha na questão da sucessão familiar, problema decorrente ao envelhecimento dos primeiros assentados dos projetos de reforma agrária.

## A JUVENTUDE RURAL: SEUS ATORES E A SUA CONSOLIDAÇÃO

Os problemas do campo no Brasil permeiam a realidade social do nosso país desde a chegada dos portugueses em nosso território e tem gerado inúmeros conflitos decorrentes à distribuição desigual de terras. A questão da terra está presente desde a criação das capitâneas hereditárias e do sistema de sesmarias, instituída a partir de 1500 no qual a coroa portuguesa distribuía terrenos para quem tivesse condições para produzir, desde que fosse pago um sexto da produção para a Coroa. Devido a essa concentração de terras, poucas pessoas conseguiram adquirir essas extensões, não podendo concorrer economicamente com a coroa que estabeleceu diversos latifúndios no país; as poucas famílias que conseguiram a posse grandes extensões de propriedades rurais empregavam os camponeses. Com a independência do Brasil em 1822 as terras

---

<sup>1</sup> Pós Graduando do curso de mestrado em “Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe” do IPPRI, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP – São Paulo. Bolsista CAPES. [bruno\\_lacerra@hotmail.com](mailto:bruno_lacerra@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília e São Paulo. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Coordena o Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) da UNESP/Marília/SP/Brasil. Bolsista Produtividade 2 CNPq. [mirian@marilia.unesp.br](mailto:mirian@marilia.unesp.br)

acabaram por permanecer nas mãos dos grandes proprietários e dos que possuíam força para defender o seu território surgindo assim o papel do latifundiário.

Além dos marcos históricos que caracterizam a questão da terra no Brasil, lidamos com um problema contemporâneo, a questão da organização da produção agrícola e pecuária, que a partir da mecanização do campo em 1940 e da Revolução Verde nos anos 1960 vem travando uma grande batalha com a agricultura familiar e expulsando grande parte dos pequenos produtores do campo, gerando um grande êxodo rural desses camponeses para as cidades. O processo de modernização do campo alterou a estrutura agrária brasileira; os produtores rurais que não possuíam capital para investir em tecnologia e modernizar sua produção não conseguiram concorrer economicamente com as grandes produtoras e os que fizeram empréstimos e tentaram modernizar sua produção foram engolidos pela lógica do mercado e acabaram por vender suas terras para pagarem suas dívidas. Ao mesmo tempo em que a Revolução Verde proporcionou tecnologias que atingiram maior eficiência na produção agrícola, vários problemas sociais foram criados ou agravados, como é o caso da *fome mundial*<sup>3</sup>, além da expulsão do pequeno produtor de sua propriedade. Sabemos que a manutenção da indústria de alimentos no Brasil está baseada no sucesso do *agronegócio*<sup>4</sup> e que a partir dessa lógica de funcionamento produzem-se os grandes latifúndios da monocultura e da criação de gado, fatores que geram terras improdutivas, crises ambientais e que provocam problemas sociais como a migração do campo para a cidade. Ao analisarmos a questão da migração percorremos os vários dos problemas que conhecemos desde o auge da industrialização brasileira, entre as décadas de 1960 e 1980, que, com o desenvolvimento do capitalismo foi responsável por gerar a necessidade do povo brasileiro de se deslocar para as grandes metrópoles, onde a industrialização substituiu a força humana pela máquina. Esse movimento possui força condicionante sobre a existência e os destinos dos migrantes, que através da lógica do capital, foram subsumidos de sua humanidade e tornaram-se ainda mais passivos à dominação e a exploração.

---

<sup>3</sup> A questão da redução da fome mundial foi uma das principais bandeiras levantadas pelos ideólogos e precursores da Revolução Verde, a produção em larga escala prometia retirar da fome milhares de pessoas, porém observamos que essa questão acabou por ser agravada. Segundo o veículo de informações DW – Brasil (Deutsche Welle para o Brasil), um bilhão de pessoas não tem o que comer e a cada três segundos, alguém morre de fome. Fonte: <http://www.dw.de/not%C3%ADcias/a-fome-no-mundo/s-30379>

<sup>4</sup> Sob essa denominação, o agronegócio tem permeado, por um lado, uma dada “industrialização” do mundo rural, mas por outro, é fator de impedimento do acesso a terra por quem nela trabalha especialmente em experiências que buscam o assentamento de famílias agricultoras.

Os movimentos sociais surgem com o intuito de reverter esse quadro de concentração fundiária e de exploração dos trabalhadores. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reivindica a realização da reforma agrária através da ocupação dos grandes latifúndios como forma de negociar e pressionar o governo, no entanto, essas ocupações nem sempre são solucionadas de forma pacífica, desencadeando conflitos no campo. Não menos importante que a questão da posse da terra não podemos nos esquecer de outros problemas do campo, como a utilização de mão de obra infantil e a exploração do trabalhador, até mesmo através da escravidão por dívida que pode ser verificada em várias regiões do país.

Nesse cenário de problemas políticos, sociais e territoriais do campo brasileiro é que buscamos entender as dinâmicas, no que se refere à resistência camponesa (após a conquista de seus direitos sociais - assentamentos, políticas públicas, financiamentos e etc.), ligadas à reprodução dos assentamentos de reforma agrária, tendo em vista que já se passaram 29 anos do I Plano Nacional de Reforma Agrária, a partir do qual ocorreram as primeiras demarcações de lotes de reforma agrária, dos quais seus primeiros ocupantes, que construíram, participaram da luta pela terra, plantaram, colheram e gerenciaram as dinâmicas econômicas e políticas, estão agora chegando ao período de sua velhice, não podendo mais executar seus papéis da mesma forma com que protagonizavam outrora.

Torna-se necessária uma profunda reflexão sobre os movimentos sociais e assentamentos acerca da sua reprodução social, que em um cenário de mudança social, torna-se um processo preponderante, parte das tantas transformações que vem ocorrendo no meio rural, principalmente com o advento e a força incrível do agronegócio. A discussão acerca da sucessão geracional da família camponesa é prioritária para a continuidade dos movimentos sociais camponeses e de assentados, para a continuidade da reforma agrária e para a democratização da terra, pois não se trata apenas de sucessão da posse das propriedades agrícolas, mas trata também da reposição de lideranças e de dirigentes em todas as instâncias dos movimentos sociais, trata também da reposição da força de trabalho em assentamentos com relativo tempo de ocupação, nos quais os assentados então passando por um processo de envelhecimento; reposição essa que a luta pela terra e a reforma agrária exigem.

Ao aprofundarmo-nos nos temas de estudos da reprodução social, nos deparamos no momento da leitura dos textos e da revisão bibliográfica, com a discussão sobre o grupo social “juventude” e percebemos que ela é considerada questão chave

para o campo de estudos por ser considerada o “*ator social*” proeminente para que a reprodução social se efetive. Para a compreensão da problemática da sucessão geracional dos camponeses integrantes de assentamentos de reforma agrária no Brasil, é tido como referência o conceito de “Reprodução Social”, que de acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1974), é “o processo social pelo qual as culturas são reproduzidas através de gerações”. Bourdieu aplicou esse conceito principalmente ao avaliar a maneira como instituições sociais são usadas para transmitir ideias culturais que servem de base e dão respaldo à posição privilegiada das classes dominantes ou governantes.

A reprodução social não consiste apenas na repetição da cultura atualmente existente, mas também na manutenção da própria estrutura social e do sistema de estatutos e papéis sociais existentes num dado momento. Portanto, os agentes de socialização, ao promoverem a aprendizagem da cultura de uma sociedade e a integração do indivíduo na sociedade e em grupos sociais específicos, promovem simultaneamente a reprodução da estrutura social existente num dado momento (Bourdieu, 1974). Quando se observa que os assentamentos, em sua maioria, foram conquistas políticas decorrentes de movimentos sociais, o problema da reprodução social se torna ainda mais acentuado; pois como para Simonetti (2013) a sucessão geracional nos lotes de reforma agrária é um problema na medida em que as gerações originais devem ser sucedidas pelas novas, tendo em vista que os lotes que compõem os assentamentos somente podem ser legalmente transferidos mediante sucessão hereditária, a herança. Essa demanda ocorre em um contexto em que os jovens criam diferentes estratégias para migrar para as cidades, e é nesse ponto que nos perguntamos, como é possível manter trabalhando no campo, dar consecução aos projetos e lotes dos assentamentos, através de jovens que cada vez mais possuem formação educacional e experiências profissionais urbanas?

Portanto consideramos como Castro (2009), que a discussão sobre questão da juventude torna-se então a principal questão política para os movimentos sociais e para a reforma agrária, na medida em que esses atores reivindicam direitos sociais e estão se constituindo enquanto movimento, ganhando representatividade e força política.

Para Castro *et al* (2009), existe um claro interesse da produção científica na área do “conhecimento humano” voltado para a manutenção e o desenvolvimento de uma juventude urbana (criação de políticas públicas, programas sociais, acesso à escola e etc.), deixando de lado sujeitos que pertencem a outras estruturas e diferentes sistemas

de estatutos e papéis sociais, em um país em que 26%<sup>5</sup> da população total, ou seja, aproximadamente 46 milhões de brasileiros, ainda moram no campo. Dessa população de 46 milhões cerca de um terço é constituída por jovens, que se encontram no corte etário (15-24 anos) adotado pelos organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esse tipo de recorte busca homogeneizar o conceito de juventude a partir de limites mínimos e máximos de idade, respaldando-se em uma compreensão de que a juventude é um momento de transição da adolescência para o mundo adulto, porém essa compreensão tem sido amplamente questionada e discutida. Para Levi e Schmitt (1996), por exemplo, esse tipo de classificação só pode ser considerada em uma perspectiva histórica de longa duração e, portanto, é transitória.

Embora seja considerado um tema marginal, desde o final do século XX e do início do século XXI presenciamos um aumento no debate sobre a juventude num contexto nacional e internacional, principalmente no debate das ciências sociais<sup>6</sup>. As principais temáticas reforçam as compreensões machistas e as relações de poder da hierarquia social ao conceber a juventude, como mencionado anteriormente, enquanto um período de transição entre a adolescência e a vida adulta. Essa compreensão se baseia em formulações que estipulam padrões comportamentais para os jovens e buscam demonstrar como esses padrões são transitórios. Essas compreensões de recorte etário aparecem principalmente em pesquisas da década de 1960 e serve como facilitadora para análises estatísticas relacionadas principalmente a entrada no mercado de trabalho, ao atendimento de saúde e a formação educacional; para Thévenot (1979) o uso de termos como *jovem* e *velho* é arbitrário, pois parte de uma definição de juventude construída *a priori* e pretende somente elencar os sujeitos ativos e inativos em relação ao mundo do trabalho. Margulis, M. & Urresti, M. (1996) apontam que a categoria também aparece ligada a adjetivos de *vanguarda*, *transformadora*, *questionadora* o que sugere que a juventude é considerada um sujeito com potencial transformador, mas que por outro lado também está associada adjetivos, segundo Foracchi (1972), como *em formação*, *inexperiente*, *sensível*. Embora apareçam recortes etários, geracionais e comportamentais - partindo de contextos históricos, o ponto de partida de todas essas perspectivas é segundo Bourdieu (1983) uma categoria pré-construída e genérica,

---

<sup>5</sup> Dados obtidos do censo de 2010 a partir do site do IBGE:

<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1766>

<sup>6</sup> Ver: Britto, 1968; Thévenot, 1979; Bourdieu, 1983; Margulis, M. & Urresti, M., 1996; Levi e Schmitt L., 1996; Peralva e Sposito, 1997; Foracchi, 1972; Novaes, 1996, 1998.

buscando a consolidação de um objeto e conceito que possa ser um paradigma. Essas perspectivas reforçam a concepção de juventude enquanto momento de transição e incapaz de produzir sua própria cultura, o que segundo Amit-Talai e Wulff (1995) limita o conceito enquanto objeto de análise. Castro (2008) sustenta que a juventude é pouco levada a sério e tratada como *adultos em potencial*, fator que possui implicações desde a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego e deslegitimar a sua participação em espaços de decisão.

Para Bourdieu (1983) as fronteiras entre a juventude e a velhice são objetos de disputa em todas as sociedades e o que marca a sua definição são as relações de dominação e de hierarquia que estruturam as posições sociais. Assim, a categoria juventude é somente uma palavra se desprovida das relações sociais pelas quais ganha significado. Para o autor, classificar é ordenar e impor limites, portanto, existem relações sociais de poder e de dominação por detrás da construção de um conceito.

Esses questionamentos sugerem a necessidade de buscar novas formas de dessubstancializar essa categoria, desconstruindo-a e demonstrando a sua representação social, o que, segundo Stolke (2006) leva em conta as diferentes visões sobre os jovens (como demarcam suas posições sociais, seu posicionamento na família) somando-se as dimensões históricas e estruturais. Para Honwana e Boek (2005) as juventudes comungam de um mesmo processo histórico e cultural e uma identidade relativa ao lugar que ocupam na sociedade, mas vivenciam a juventude de formas distintas, pois variáveis de *gênero, etnicidade, religião, classe, responsabilidade e expectativas* condicionam a definição de quem é visto, considerado ou considera-se jovem.

Em termos brasileiros, Novaes (1998), nos mostra que para além dos cortes etários, falamos agora de “*juventudes*”, olhar mais amplo e que foge da tentativa de universalizar o que é particular e ao mesmo tempo diverso. Ao pensarmos em “*juventude, educação e lazer*” - atributos constantemente estudados por diversas perspectivas teóricas - como atributos inerentes à categoria pensamos, segundo Abramo (1997), em um processo de formação de quem ainda não está inserido no mercado de trabalho e conseqüentemente retiramos da análise os jovens da classe trabalhadora que já ingressaram no mercado de trabalho. Para Castro (2008) essa é uma importante contribuição para percebermos a juventude enquanto uma construção social.

Nilson Weisheimer (2005) realizou um levantamento da produção bibliográfica sobre o tema da juventude rural no Brasil e concluiu que as questões da “*migração*” e

da “invisibilidade”<sup>7</sup> são as mais presentes nos estudos. Weisheimer apontou também que as abordagens caminham no sentido de ações (políticas públicas/ ações dos movimentos sociais) que “*impeçam*” a juventude de completar o seu “*destino*”, a migração do campo para a cidade e evitar o conseqüente fim do meio rural e da agricultura familiar.

Para Maria Nazareth Wanderley (2007) a categoria Juventude Rural não acompanha há muito tempo o debate acadêmico, não é uma categoria alvo de discussão e nunca foi um tema privilegiado nem mesmo dentro do campo de debate sobre questão agrária. Nas palavras de Castro (2007),

(...) a juventude rural é percebida como uma categoria específica, e não na perspectiva de jovens e rurais. É uma categoria minoritária “dentro” da juventude. Quando retomamos os dados d PNAD<sup>8</sup> essa análise faz algum sentido. Os dados apontam que a população de 15 a 29 anos é de 49 milhões de pessoas e representa 27% da população. Por outro lado, 4,5% seriam jovens rurais. No entanto, ainda que pareça pouco no universo total, estamos falando de 8 milhões de pessoas. Isso sem entrarmos na problematização da própria definição de rural e urbano. Assim, se fôssemos pensar a juventude rural como categoria específica e de pouca expressão numérica na sociedade brasileira, mesmo esse eixo deveria ser revisto. É uma população de 8 milhões de jovens! Nesse sentido, a invisibilidade que marca a juventude rural deve ser problematizada. (CASTRO, 2007, p. 129)

Para Wanderley (2007) a categoria deve ser pensada então em um duplo enquadramento, enquanto *jovens* e *rurais*, de um lado essa juventude enfrenta os preconceitos do imaginário urbano acerca do mundo rural, são associados ao *atraso*, ao *arcaico*, ao *caipira preguiçoso*, do outro lado, na relação com os pais enfrentam o preconceito por serem muito *urbanos*. Essas relações revelam uma condição de subalternidade desses jovens que são percebidos como inferiores, seja nas suas relações na cidade, seja nas suas relações familiares e nas relações com a comunidade formada

---

<sup>7</sup> A questão da invisibilidade reside no fato mencionado anteriormente de que priorizam-se os estudos relacionados à juventude urbana e acaba-se por compreender a juventude rural como uma subcategoria.

<sup>8</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma amostra de domicílios brasileiros que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas da sociedade, como população, educação, trabalho, rendimento, habitação, previdência social, migração, fecundidade, saúde, nutrição etc., entre outros temas que são incluídos na pesquisa de acordo com as necessidades de informação para o Brasil.

pelos outros lotes. Como reforço dessa condição ainda é marcante o contexto nacional das condições econômicas e sociais para os pequenos agricultores.

Ao realizar um balanço acerca da temática da migração da juventude rural no Brasil, Brumer (2007) identificou duas variáveis, os atrativos da cidade e do novo ambiente e os aspectos negativos do lugar de origem. Os aspectos negativos estariam ligados à maneira como ocorre a divisão do trabalho nas unidades rurais de produção expressados pelas relações de hierarquia e de conflitos geracionais, em muitos casos a saída dos jovens é entendida como expressão de seus questionamentos sobre o mundo rural (Stropasolas, 2006). Compreender como a juventude constrói e ressignifica suas representações sobre o rural e o urbano tem sido a grande tarefa das atuais pesquisas, as quais lidam ao mesmo tempo com a desvalorização do campo (lugar atrasado, desinteressante) e em outros processos com a valorização do campo (local seguro, local da luta pela terra e não mais somente local de trabalho). Uma pequena parcela das pesquisas trata da participação política desses jovens, sendo que as únicas referências estão ligadas aos jovens dos assentamentos rurais<sup>9</sup>. Para Andrade (1998) a especificidade dos assentados consiste no saber social diferenciado e elaborado a partir da vivência política da luta pela terra, isso implica também na formação de jovens militantes nas organizações camponesas (Loera, 2006). Ser militante destaca-se também como uma forma de acesso a determinados bens culturais (viagens, cursos, palestras, encontros, leitura, filmes...), o que promove uma diferenciação entre o jovem militante e os demais jovens assentados e acampados (Scopinho, 2013). Mesmo com o engajamento político de grande parte dos jovens no processo de reforma agrária, os pesquisadores identificaram uma baixa inserção nas atividades agrícolas e nas instâncias políticas (coordenações e associações), para Castro, E. G. (2005) esses jovens mudaram de atuação em relação ao período do acampamento ficando restritos aos afazeres domésticos; antes eram atores participativos e agora pouco se envolvem com os desafios que os lotes proporcionam. Isso demonstra segundo Castro *et al* (2009) uma distância entre os processos dos movimentos sociais, dos atores governamentais e organizações não governamentais (ONGs) da realidade vivida nos assentamentos. A pesquisa citada anteriormente também elencou as principais construções sociais sobre a categoria jovem rural presente nos trabalhos acadêmicos desde 1985. As autoras demonstram a clara emergência e expressão da Juventude Rural enquanto ator político

---

<sup>9</sup> Nesse sentido não existem estudos sobre quilombolas, indígenas, fundos de pastos e etc.

presente no cenário nacional seja nos movimentos sindicais, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), nos movimentos sociais que são parte da via camponesa, MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e também na Pastoral da Juventude Rural (PJR) movimento consolidado desde 1983.

Essas organizações apresentam demandas sociais e são reveladoras para entendermos as formas pelas quais os jovens se veem no processo de construção da realidade social brasileira. Questões como acesso à terra, educação, uso dos transgênicos, agroecologia, soberania alimentar, modelo agropecuário, agronegócio, crédito especial para a juventude, agricultura camponesa e política camponesa, estão presentes nas agendas de discussão e nos congressos realizados pelos coletivos e juventude e demonstram o grau de profundidade de discussão e de inserção desses coletivos na produção de conhecimento.

Esses coletivos de juventude passaram a exercer nesse período grande força política através de suas reivindicações fazendo com que o Estado criasse programas para atender essas demandas. Para Castro *et al* (2009), não é possível afirmar se existe um direcionamento claro quanto a uma política de Estado voltada para a juventude rural nas últimas décadas, mas é possível constatar que a juventude rural como público alvo de políticas públicas não tem sido priorizada nos ministérios e seus programas, porém a intensificação de programas a partir de 2003 pode ser um indicativo de mudança de cenário (Castro *et al*, 2009). Os primeiros programas estão datados de 1990, sendo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o que possui maior visibilidade e tem a juventude rural como público alvo. A partir de 2003 percebemos um aumento de programas concentrados na esfera da educação e também de crédito rural. Estão concentrados primeiramente no ministério do desenvolvimento agrário (MDA) e seguidos pelo Ministério Agrário (MA), Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Castro *et al*, 2009).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisarmos a bibliografia sobre Juventude Rural percebemos as diversas temáticas que estão ligadas a ela, como as políticas públicas, educação, êxodo rural, reprodução social e etc., demonstrando a consolidação dessa categoria enquanto objeto

de estudos, contribuição que este trabalho pretende reforçar ainda mais. Nesse universo de pesquisas, a nossa tem como foco de investigação a relação dos jovens assentados com o movimento de saída ou de permanência nos assentamentos de reforma agrária, o que será investigando a partir da coleta seus relatos orais. Queremos entender quais foram os fatores que contribuíram para a sua permanência na área rural, bem como os fatores que exerceram maior atração para a sua migração para as áreas urbanas.

Nesse sentido buscamos entender a dimensão socioterritorial do universo desse jovem que, mesmo tendo como possibilidade a permanência no campo, não encontra fatores como tempo de lazer, remuneração compatível e prestígio que o incentivem. Para Fernandes (2000) as formas de organização, as relações e as ações sociais acontecem no espaço, elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, cultural etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise da atual condição da Juventude Rural, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental registrarmos a criação de espaços produzidos ou construídos por esses jovens.

Podemos ilustrar esse tipo de criação e recriação de espaços em Scopinho (2013) que resgatou relatos de jovens vindos das periferias urbanas marginalizadas e controladas pelo crime, que encontraram nos assentamentos um local seguro para morar; e que mesmo com as graves deficiências de infraestrutura e de serviços, morar nesses assentamentos foi o que de melhor a reforma agrária trouxe para eles. A autora afirma que *“ao contrário do que dizem as cartilhas dos movimentos sociais e os documentos governamentais, cidade e campo não são mundo dicotômicos e os jovens têm sido capazes de explorar cada um deles do modo conveniente”* (Scopinho, 2013, pág. 14). A juventude rural figura no movimento campo-cidade para além do tradicional êxodo rural, esses jovens seriam como *“andorinhas”* que, nas palavras da autora, *“é aquele que vai e vem no percurso assentamento-cidade-assentamento em busca de trabalho e moradia, onde houver um jeito melhor para sobreviver”* (Scopinho, 2013, pág. 18).

Percebemos também, como aponta Scopinho (2013), que na última década houve um avanço no processo de institucionalização da questão social do jovem, mas não visualizamos a implantação de políticas para os jovens assentados, eles ainda configuram-se como parte vulnerável no conjunto da sociedade por serem jovens, trabalhadores rurais e assentados de reforma agrária.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.W. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*, in PERALVA, A. e SPOSITO, M. (org.), *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de educação*, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.
- AMIT, Talai e HELENA, Wulff. *Youth cultures: a cross-cultural perspective*. London; New York: Routledge, 1995.
- ANDRADE, Márcia Regina de O. *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra*. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. 1998
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974
- \_\_\_\_\_. *A Juventude é apenas uma palavra*. Em: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.
- BRUMER, A. *A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade*, Em: *Juventude Rural em perspectiva*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.
- CASTRO, Elisa. *Entre ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese doutorado. PPGAS. Museu Nacional.UFRJ.2005.
- CASTRO, E.G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S.L.F.; RODRIGUES, M.E.B. & CARVALHO, J.G. *Os jovens estão indo embora? Juventude Rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: MAUAD X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. Em: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16, Junho, 2005.
- FORACCHI, M. M. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: EDUSP, 1972.
- HONWANA, A., & BOECK, F. D., *Makers and Breakers: Children & Youth in Postcolonial Africa*, Dakar, CODESRIA, 2005.
- LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens II: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- LOERA, Nashieli. *A Espiral das Ocupações de Terra*, Editora Polis e Ceres-UNICAMP, São Paulo, 2006.
- MARGULIS, M. *La Juventude es más que una plabra*, Buenos Aires: Biblos, 1996.
- NOVAES, Regina R. *Juventude/ juventudes?* in Comunicações ISER, n.50, ano 17. RJ, 1998.
- PERALVA, A. e SPOSITO, M. (org.) *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação*, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.
- SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. *Serei também uma andorinha? sobre as condições de inserção e permanência de jovens em assentamentos rurais*. In: SEVERI, F.C.; ANDRADE Jr., SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. *Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida*. Marília: Laboratório Editorial, 2011.
- STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro - SC*. Florianópolis: Ed. UFSC, UFSC.
- THÉVENOT, L. “*Une Jeunesse difficile. Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements*”, in Actes de la Recherche en Sciences Sociales. N. 26-27, março-abril. pp. 3-18, 1979.
- WANDERLEY, Maria Nazareth. *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Projeto de pesquisa (mimeo), 2003.
- WEISHEIMER, N. *Estudos sobre os jovens rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico*. Brasília: Nead/MDA, 2005.